

ACTA N° 05/2009

ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE JUNHO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E NOVE. --

Aos vinte e seis dias do mês de Junho do ano dois mil e nove, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a primeira reunião da Sessão de Junho destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 – Apreciação e Votação do Contrato de Parceria entre o Estado e os Municípios da Região de Aveiro, visando a implementação de um novo modelo de gestão das redes de baixa de água e saneamento básico, ao abrigo do Decreto-Lei 90/200, de 9 de Abril; -----

Ponto 2 – Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal compreendido entre 04/04/09 a 22/06/09; -----

Ponto 3 - Eleição do representante da Assembleia Municipal de Ílhavo para integrar o Conselho da Comunidade do ACES Baixo Vouga II (integra os Centros de Saúde de Albergaria-a-Velha, Aveiro, Ílhavo e Vagos) – art.º 31 do DL 28/2008 de Fevereiro; -----

Ponto 4 – Apreciação e Votação da emissão da Declaração de Interesse Público Municipal da Proposta de Ampliação da unidade industrial da SPRAL – Sociedade de Pré-Esforçados de Aveiro, Lda, instalada nos Moitinhos, S. Salvador -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, António Francisco das Neves Vieira e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Dinis Gandarinho.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente José Ribau Esteves e os Vereadores Fernando Caçoilo, António Pedro Martins e Paulo Costa. Estiveram ausentes os Vereadores João Oliveira, Marcos Ré e Margarida São Marcos. -----

FALTAS: -----

Pedro Parracho, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista Maria de Fátima Bola. -----
--

Fernando Nascimento, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista Amândio Pereira. -----
--

Francisco Grangeia, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos de se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista José Costa. -----
--

Manuel Serra, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos de se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído, pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos Rocha. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo a presença de: António Neves Vieira, Humberto Rocha, Carlos Sarabando, Hernâni Santo, João Canha Lopes, Mário Júlio Ramos, Irene Ribau Esteves, Manuel Soares, António Flor Agostinho, Maria de Fátima Bola, Manuel Pata, Nuno Torres, Amândio Pereira, José Alberto Loureiro, José

Costa, Jorge Tadeu Morgado, Maria de Lurdes Vieira, Eduardo Ferreira, Rui Pereira, Hugo Coelho, Dinis Gandarinho, Rufino Filipe, Carlos Rocha, Domingos Vilarinho e Eduardo Conde. -----

A reunião teve início às 21H30. -----

ACTAS DA REUNIÃO ANTERIOR: -----

Acta n.º 03/2009: Submetida a votação foi aprovada por maioria, com o voto contra do membro da CDU, José Loureiro. -----

Acta n.º 04/2008: Submetida a votação foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de entrar no Período Antes da Ordem do Dia, o membro José Loureiro confirma ter recebido resposta formal ao seu requerimento apresentado à Mesa. Entendendo que não foram esclarecidas as questões apresentados nesse requerimento, solicita explicações ao mesmo. De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal informou que a resposta dada foi formulada com base no Regimento aprovado pela mesma Assembleia, estando por isso respondidas todas as questões. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

Eduardo Ferreira: Tendo o processo burocrático da construção do Novo Agrupamento Escolar da Cale da Vila seguido em conformidade e já ter sido apresentado à Assembleia Municipal, questiona o porquê de então estarem referidos 12 parcelas para expropriação e, em Edital ser indicado 10 parcelas, a mudança de artigo rústico para urbano da parcela 1. Questionando ainda o porque de não ter sido utilizado um jornal local para a publicação desse Edital. -----

Indica que o CDS/PP quer que sejam construídos Centros Escolares e que a Acção Educativa seja uma mais valia para os alunos. -----

Jorge Tadeu: Partilha a sua reflexão sobre as Eleições para o Parlamento Europeu, destacando: em primeiro, o elevado número de abstenção e em segundo a expressiva vitória do PSD. Sobre a abstenção, diz não compreender que um direito conquistado por gerações anteriores esteja a ser desperdiçado pelas actuais de uma forma tão notória. Explica que, talvez, uma das razões seja o estilo de política utilizada pelos seus intervenientes. Quanto à vitória do PSD, entende que está demonstrado o desagrado dos eleitores perante as propostas do PS, pois ao contrário da satisfação do Primeiro-Ministro perante as medidas tomadas, a população encontra-se triste e sem perspectivas de futuro para as novas gerações. --

É seu ponto de vista que sob as propostas do PSD, se vai encontrar o rumo do País. -----

--

Flor Agostinho: Dá relevo ao processo eleitoral para os cinco agrupamentos escolares, lamentando que tenham sido partidarizadas, pois entende que não é a melhor forma de se gerir uma escola. Questiona quais foram os resultados das eleições. -----

Manuel Soares: Chama à atenção para o excessivo barulho de um bar que tem vindo a incomodar todos os moradores da área envolvente. Pergunta se a Câmara já tomou as devidas medidas para regularizar

esta situação, visto que a mesma já tem sido publicitada na comunicação social. -----

José Loureiro: Inicia a sua intervenção solicitando entrega da cópia do protocolo entre a Câmara Municipal e a Vista Alegre. Questiona o ponto de situação dos diversos processos em Tribunal entre a Câmara Municipal e as diversas entidades, bem como a situação do empréstimo bancário. -----

Solicita explicações de diversos assuntos nomeadamente: o caos da Av. dos Bacalhoeiros devido às obras; a atribuição de concessão do bar e restaurante do Jardim Oudinot; o porquê de no actual ano civil a Câmara não se ter deslocado aos EUA para as comemorações do 10 de Junho. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Começa por responder à questão colocada pelo membro Flor Agostinho dizendo que respeitavelmente se colabora com as instituições do município independentemente da sua orientação partidária. No entanto, teve conhecimento de que as eleições decorreram com normalidade em que os únicos candidatos foram reeleitos, sendo-lhes reconhecido o excelente trabalho na área da educação, onde há colaboração com a Câmara Municipal. -----

Subscreve a intervenção política sobre as Eleições ao Parlamento Europeu do membro Jorge Tadeu, alertando para a preocupação que destacou na sua intervenção, da primeira Conferência Nacional do Observatório do QREN, enunciando a pouca atenção dos líderes europeus na sua relação com o cidadão. Justifica o seu ponto de vista, dizendo que a Europa é cada vez mais importante, dado que as suas decisões estão cada vez presentes no dia-a-dia dos cidadãos e em contrapartida são as eleições menos participadas. Por isso, apela para a reflexão com seriedade na sua relação com o cidadão da Europa, de forma a fortalecê-la. -----

Dado que as questões apresentadas pelos restantes membros estão relacionadas com o Ponto 2 da Ordem do Dia, comunica que as responderá nesse âmbito. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as segundas intervenções dos membros, não tendo havido inscrições. -----

Foram apresentados à Mesa vários documentos, conforme se transcreve: -----

VOTO DE PESAR -----

Membro do PS: -----

"Foi com profundo pesar que recebemos a notícia do falecimento do Dr. Carlos Candal. -----

--
Aos 71 anos deixou o mundo dos vivos, quando ainda tinha muito para dar, para servir a sua Terra, o Distrito de Aveiro e a Democracia em Portugal. -----

Candal esteve na génese dos Congressos da Oposição Democrática, sempre serviu e defendeu Aveiro, foi Deputado da Assembleia Municipal, serviu Portugal na Assembleia da República e no Parlamento Europeu.

Homem de reconhecida frontalidade, de um discurso detalhado de fina ironia e de sentido crítico, reveladora da sua forma irreverente de ver o mundo e os homens. -----

Aveiro perdeu um lutador, um grande defensor da unidade de Distrito, um grande Homem e, para a maioria de nós, um bom amigo. -----

Para o Dr. Carlos Candal fica o nosso preito homenagem e a certeza que a sua forma de vida servirá de exemplo para todos nós e para os vindouros. -----

Ao Dr. Carlos Candal o nosso sentido e eterno obrigado. -----

26-06-2009 -----

Pel'os Deputados da Assembleia Municipal de Ílhavo -----

Ass) Humberto Rocha -----

Submetido a votação a sua admissibilidade e tendo sido aceite, este foi subscrito pelos membros do PSD, CDU e CDS/PP. De seguida foi dada a palavra aos membros para intervirem: -----

FLOR AGOSTINHO: Subscrive o Voto de Pesar, dizendo que o passado de Candal como lutador pela liberdade e democracia é conhecido, destacando a sua participação no Congresso da União Democrática em Aveiro. -----

Relembra as intervenções de Carlos Candal nas reuniões da CIRA, onde mostrava ser conhecedor da realidade do país, dava o seu contributo para a regionalização e para a defesa dos interesses de Aveiro e reconhecia o valor dos outros, nomeadamente do Presidente da CIRA, mesmo não sendo do seu partido. Indica que as suas palavras simples não são suficientes para retardar a grande pessoa que ele foi. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade com a observação da Assembleia Municipal de um minuto de silêncio em sua memória. -----

Membro do PSD: -----

“O passado dia 7 de Junho passa a constituir mais uma data marcante no já longo historial do Illiabum Clube, na medida em que ao sagrar-se Campeão nacional da Proliga de basquetebol, acrescentou ao seu diversificado e valioso património desportivo mais um título que lhe permite ascender ao escalão principal do basquetebol nacional, lugar a que tem pleno direito, por todo o seu desempenho nesta modalidade desportiva. -----

Com a conquista de mais este título o Illiabum é merecedor do reconhecimento e gratidão de todos os legítimos representantes da população Ilhavense, porquanto constitui mais um importante divulgador e promotor dos valores e singularidades do Concelho, em especial no panorama desportivo nacional. -----

O feito agora alcançado, consubstancia o culminar de um intenso e pragmático trabalho desenvolvido por um vasto grupo de pessoas, que ao longo dos últimos anos devolveram ao clube a dignidade e dinâmica de outros tempos, não só promovendo a sua credibilização através de um rigoroso saneamento financeiro, mas também fomentando a sua reconciliação com os Ilhavenses. -----

A todos os atletas, técnicos, associados e demais colaboradores, assim como à determinação da actual Comissão administrativa, composta por pessoas determinadas e empenhadas, os nossos sinceros parabéns, fazendo votos para que a sua dinâmica e empenhamento, com o inexcédível apoio que a Câmara Municipal de Ílhavo sempre prestou e continuará a dispensar, se mantenham e se possível reforcem, a bem do Clube, do Concelho e dos Ilhavenses.” -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovada por unanimidade. -----

---- **Membro da CDU:** -----

“Considerando que o Município de Ílhavo, através dos seus clubes mais representativos na modalidade de basquetebol, acaba de viver mais um grande momento de grande alegria: -----

Considerando que esta Assembleia Municipal não pode ficar indiferente ao trabalho, dedicação e amor Clubístico vivido com a conquista de mais dois títulos, proponho: -----

Que esta Assembleia aprove um voto de louvor ao Illiabum e ao Grupo Desportivo da Gafanha pelo trabalho que vem desenvolvendo na defesa da nossa terra. -----

Ílhavo, 26 de Junho de 2009 -----

O deputado do PCP -----

Ass) José Alberto Ramos Loureiro“ -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 1 – Apreciação e Votação do Contrato de Parceria entre o Estado e os Municípios da Região de Aveiro, visando a implementação de um novo modelo de gestão de redes das redes de baixa de água e saneamento básico, ao abrigo do Decreto-Lei 90/200, de 9 de Abril; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Sumariamente explica que esta proposta nasce de um trabalho de quase 4 anos, desenvolvido pela Câmara Municipal de Ílhavo e um conjunto de municípios que à data integravam a Associação de Municípios da Ria e mais recentemente a CIRA. Indica que a ideia central foi procurar modelos de gestão para as redes de água e saneamento que aumentassem a eficiência técnica e financeira da mesma, de forma a aproveitar os Fundos Comunitários do QREN e criar metodologias de gestão que criassem níveis de sustentabilidade mais altos para o curto, médio e longo prazo. Após vários estudos, entendeu-se que a melhor solução é o assumir de uma parceria de gestão de investimento e de activos através da criação de uma empresa pública entre os Municípios e o Governo, representado pela Águas de Portugal. Assumida esta opção, irão manter a taxa de cobertura de água próximo dos 100% e passar a taxa de cobertura de saneamento de 67% para cerca de 93% através do investimento de 14 milhões de euros, sendo que se destacam o investimentos de 2,1 milhões de euros no centro da cidade de Ílhavo, 4 milhões de euros na Gafanha da Nazaré, 1,7 milhões de euros na Gafanha de Aquém e Gafanha da Boavista e 4,1 milhões de euros na Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo. Acrescenta que terão mais de 17 milhões de euros para investimentos de renovação e substituição que aumentarão a sua importância devido à idade das redes. Como retribuição da cedência de uso do activo, as Câmaras irão receber o valor de 25 milhões de euros. Informa que o Capital Social dos Municípios será de 49% ou seja cerca de 1,5 milhões de euros. Destaca ainda que existirão políticas fortes no consumo de água, na gestão deste recurso, nomeadamente nas águas de rega. Relativamente à gestão das captações, informa que será cedida à empresa da parceria, assumindo os custos e deixando a Câmara de ter sob sua responsabilidade a pesada factura da SIMRIA. -----

Todo este trabalho teve a sua vertente política e técnica de todos os municípios envolvidos, indicando que todos os funcionários terão garantidos os seus direitos e regalias, ficando o seu tratamento individual para

ser tratado oportunamente. -----

Mais tarde será apresentada à Assembleia Municipal os Estatutos da nova empresa que será criada através da adesão de 51% detidos pela AdP que representará o Governo e 49% detidos pelos Municípios. -

É sua convicção que esta opção é uma boa solução para se fazer a gestão técnica, financeira, e sustentável ao nível dos investimentos e com uma tarifa socialmente mais equilibrada. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

José Loureiro: Comenta que este documento é instável, porque tão próximo de eleições, os novos governantes podem tomar posições diferentes e por isso é difícil a análise aos dados apresentados. -----

--

Humberto Rocha: Entende que esta parceria irá criar grandes alterações ao tarifário, e por isso, a discussão deveria ser mais alargada e mais atempada. Assim, compreende que seja difícil a sua análise. Comenta que haverá um aumento de tarifas, visto que serão equiparadas aos valores mais altos taxados actualmente. Por isso, apresenta algumas dúvidas pelo que solicita esclarecimentos, nomeadamente: a forma de pagamento, isto é se o consumo é pago ao valor do escalão ou na base do último metro cúbico; quem fixa o tarifário, perante a detenção de 51% detidos pelo Governo; o que acontecerá perante o cenário de privatização da AdP; e qual será a situação dos funcionários da Câmara que não serão considerados necessários para a nova empresa e a possibilidade de perda de regalias daqueles que serão admitidos pela empresa. -----

Rui Pereira: Destaca os 50 anos de concessão, visto que considera demasiado tempo. Da sua análise às tarifas, pergunta de que forma é feito o cálculo dos custos de exploração dos sistemas de abastecimento de água e de águas residuais para chegar ao valor dessa tarifa. Entende que as tarifas aplicáveis previstas serão demasiado penalizadoras para a população. -----

Diz não ser contra a gestão de privados, mas chama à atenção para o bom senso na aplicação de custos ao utilizador final. -----

José Costa: Alerta para uma situação específica, na Rua dos Juliões, na freguesia da Gafanha da Encarnação, que é a existência de uma vala que vem desde a Floresta até à Ria, e que foi colocada a uma profundidade bastante acentuada, que pode vir a provocar alguns danos no nível frático. -----

Domingos Vilarinho: Da sua análise ao documento, verificou que foram referidas algumas zonas como prioritárias para a conclusão do saneamento básico, lamentando que a freguesia da Gafanha do Carmo não seja uma das contempladas. Entendendo ser esta uma zona prioritária, questiona, perante estes factos, qual a previsão para a conclusão de saneamento na Gafanha do Carmo. -----

Flor Agostinho: Confrontado com a apreciação do Contrato de Parceria entre o Estado e os Municípios da Região de Aveiro, conclui que esta visa uma gestão racional dos sistemas municipais de água e saneamento potenciando o activo desses municípios que não poderia ser exequível sozinho, visto não possuírem meios financeiros para promoverem os investimentos previstos para os próximos cinco anos, no montante aproximado de 121 milhões de euros. -----

Diz ainda que este investimento trará uma melhor qualidade de vida para os munícipes, especialmente para aqueles dos concelhos com menor taxa de cobertura, estimando-se que no ano de 2020, a taxa de cobertura de abastecimento de água atinja 98,5% da população e uma taxa de cobertura de saneamento

de 92,5% da população dos concelhos envolvidos. -----

Afirma que esta parceria é a única forma de os concelhos poderem rentabilizar a utilização dos Fundos do QREN, dado que individualmente não conseguiriam tais investimentos. -----

Apesar de ter conhecimento de alguma discordância de alguns funcionários afectos a estas duas áreas de intervenção dos Municípios, parece-lhe que o vínculo laboral e a integração nos quadros de pessoal da sua respectiva autarquia estão assegurados, visto que o legislador salvaguardou a possibilidade de estes poderem optar por aderir à nova entidade ou continuar a desempenhar funções na sua autarquia, mesmo que reconvertam as suas capacidades em novas funções. -----

Sobre os estudos técnicos apresentados que serão sujeitos à análise do Estado, parece-lhe que são suficientemente esclarecedores, demonstrando o trabalho bem executado pelos executivos. Assim e embora haja um aumento do tarifário, é com convicção que acha que haverá melhores condições das populações envolvidas. -----

Eduardo Ferreira: Relativamente a esta matéria, diz estar a apreciar um documento que poderá pôr em causa o próximo executivo. Não compreende a pressa na sua análise, quando nem sequer houve tempo para discussão. Indica, não compreender a aplicação de tarifas iguais em Municípios com realidades opostas de desenvolvimento. Sabendo que a afectação de meios não seria feita nas instalações dos municípios, questiona a razão, visto que irá onerar mais o processo. -----

Não vê esta medida como um serviço público, porque a gestão da “coisa pública” deve ser mais transparente num espaço de discussão. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

---**2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** Começa por responder, dizendo ao membro José Loureiro que o documento em apreciação foi muito discutido entre municípios. Indica que somente no período de instalação é que irão verificar com mais pormenor o modelo técnico, nomeadamente a correcção de alguns eventuais erros. Quanto à possível privatização da AdP, esclarece que esta parceria entre o poder central e local é público e devido a obrigações legais a AdP não pode ser privatizada nos próximos dez anos e não há base estruturante para tal nos anos seguintes. -----

Indica que para os municípios terem capacidade de efectuar investimento em áreas diversificadas têm de se unir no sentido de conseguirem obter o máximo possível de Fundos Comunitários.

Sobre as questões levantadas pelo membro Humberto Rocha, diz em primeiro que o tarifário aplicado induz sustentabilidade financeira do sistema equilibrado, como forma de sustentar juntamente com Fundos Comunitários os investimentos de expansão, de substituição e manutenção e de todos os custos como, pessoal, factura da SIMRIA e outros. -----

Neste modelo, diz se verificar que antes da empresa assumir em pleno as suas responsabilidades, estará em funções a Comissão de Parceria, composta por um representante do Governo, dos Municípios e um terceiro escolhido de comum acordo, de forma a defender os interesses dos cidadãos. -----

--
Quanto à situação dos funcionários, afirma que todos os seus direitos estão garantidos, indicando que do grupo de municípios participantes, somente dois têm serviços municipalizados, Aveiro e Albergaria-a-Velha enquanto os restantes têm os serviços de água e saneamento intercalado com outros serviços municipais. Por isso, cada situação será analisada e será encontrado o equilíbrio para servir os interesses de todos. ---

Responde ao membro Rui Pereira que a opção de concessão de 50 anos foi tomada após consulta de mercado, visto este ter indicado que para equilíbrio de gestão era necessário tempo e por isso justifica a

opção do período de concessão escolhido. -----

Afirma que as tarifas não serão penalizados, porque haverá capacidade de dirigir meios para apoiar socialmente quem verdadeiramente necessita. -----

--

Lamenta que o membro José Costa tenha referido o problema de uma obra que já terminou há um ano atrás, pois demonstra falta de atenção. Sobre esta situação diz que a água mencionada não tem qualidade para consumo e serão as futuras obras que darão equilíbrio no abastecimento. -----

Afirma que a prioridade do Município em termos de investimento saneamento é a cidade da Gafanha da Nazaré, encaminhando-se de seguida para zonas de menor densidade populacional entre 2011 e 2013. ---

--

Ao membro Eduardo Ferreira explica que foram os municípios que iniciaram este processo ao propor ao Governo para ser seu parceiro num período bastante longo que acompanhou as várias mudanças de executivos, o que atrasou todo o processo. -----

--

Justifica o tardio início de várias obras no município, com o atraso da entrega de Fundos Comunitários com a aprovação das candidaturas apresentadas, encontrando-se ainda algumas obras para terem início. -----

Diz que este processo é essencial para que aqueles municípios que tenham taxas de cobertura muito baixo possam resolver o seu problema, tais como Murtosa, Vagos, Sever do Vouga ou Águeda e para que os restantes municípios assegurem a sua manutenção. -----

Em suma, diz estar apresentada uma boa proposta para servir bem os cidadãos e gerir bem as estruturas públicas que terão a responsabilidade de coordenar este processo ao nível dos municípios e do país. -----

--

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

Humberto Rocha: Diz não concordar com este processo pelo seu procedimento e estrutura e não pelo seu conteúdo. Baseando-se em informações divulgadas pela DECO, indica que os valores apresentados para serem taxados são elevados. Por isso, lamenta que não tenha havido informação atempada e a devida discussão do processo, de modo a que todos estivessem mais esclarecidos. -----

Rui Pereira: Pergunta qual o valor que a Câmara Municipal irá receber no arranque da entidade gestora e se será antes das eleições. -----

Não compreende como é que as Câmaras Municipais vão pressionar a empresa a fazer os investimentos e a renovação das redes, e se haverá ou não penalizações. -----

José Costa: Explica que não é contra a instalação de saneamento e de redes de águas pluviais, mas sim pela gravidade de se estar a perder água para a ria na situação que expôs. Indica que este caso já tinha sido divulgado publicamente há um ano atrás, através do jornal Ilhavoense. -----

José Loureiro: Relativamente ao tarifário, solicita esclarecimento à dúvida tida pela maioria dos munícipes, no que respeita a qual será a nova taxa a pagar. -----

Perante a realidade e com o grande número de funcionários das Câmaras nestas funções, questiona o que farão com aqueles que não serão necessários à nova estrutura e se haverá delegações da nova

empresa para os municípios poderem efectuar o pagamento das suas taxas próximo da sua zona de residência. -----

Flor Agostinho: Pergunta qual o número de trabalhadores do Município que estão envolvidos neste processo. -----

Entende que a explicação do Presidente relativamente ao tarifário foi esclarecedora, isto é que o aumento é relativo. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

-----**3ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** Esclarece que neste momento de evolução do processo, ainda não é possível especificar qual será o aumento exacto na tarifa de cada um, visto que ainda se encontra em discussão nos órgãos competentes. No entanto, é sua convicção que a proposta apresentada é a melhor para a realidade actual que permitirá proceder à sustentabilidade financeira, ao aumento das redes de saneamento e águas e à utilização de verbas para apoiar aqueles que mais necessitam. -----

Informa o membro Rui Pereira que os municípios irão receber 60% do valor da retribuição entre a assinatura do contrato de gestão e o terceiro mês de operação da empresa. Posteriormente virá 20% no terceiro ano de funcionamento da empresa e os restantes 20% nos restantes anos. Quanto aos dividendos ficam disponíveis no primeiro ano a 2% e só a partir do décimo primeiro ano é que são recebidos a 7,5%. O Conselho de Administração terá administradores nomeados pelos municípios e a empresa será obrigada a cumprir as suas obrigações, sendo fiscalizada e acompanhada formalmente pela Comissão de Parceria, no qual o papel dos municípios é igual ao do Estado. -----

Responde ao membro José Costa dizendo que, a denúncia de um problema seja feito por um órgão de comunicação social e nada feito pelo membro que abordou a matéria. -----

Informa o membro José Loureiro que as estruturas de atendimento e de acção técnica de intervenção vão existir no mínimo de uma por município. -----

Ao membro Flor Agostinho diz que o município de Ílhavo é aquele que menos trabalhadores têm afectos nesta área, demonstrando que tem uma excelente equipa com eficiência de trabalho em comparação com outros municípios. -----

É sua convicção que com esta proposta conseguirá cumprir os objectivos das redes de saneamento. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor do PSD, oito votos contra (6 PS, 1 CDU e 1 CDS/PP) e uma abstenção do membro Domingos Vilarinho. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

MEMBROS DO PS: -----

“A criação da empresa Águas da Região de Aveiro, através do contrato de Parceria entre Águas de Portugal (51%) e os Municípios da região de Aveiro (49%), visando a implementação dum novo modelo de gestão das redes de baixa de Água e Saneamento Básico deve merecer uma reflexão profunda, face à

alterações previstas. -----

A que preço irá ser paga a água? -----

De acordo com os documentos irá sofrer um aumento em relação ao preço actual, podendo ultrapassar os 8€ cada 5m3. Nos próprios documentos é referido que “Os estudos desenvolvidos até ao momento permitem desde já antever que a Entidade Gestora da Parceria (EGP), será sustentável do ponto de vista económico e financeiro, praticando um plano tarifário referenciado com as TARIFAS MAIS ELEVADAS em vigor na região” -----

O preço do m3 de água será pago dentro de cada escalão, ou todo o consumo será pago com base no custo de escalão do último m3? -----

Quem fica com o poder de fixar o tarifário: A Entidade Gestora da Parceria, as Águas de Portugal (51%) ou as Câmaras (49%)? -----

Quem controla esse tarifário: estas Entidades ou o Instituto Regulador da Água e Resíduos (IRAR)? -----

A DECO considera injustas as tarifas mais elevadas e sem qualquer tipo de justificação económico-financeira. Ora o preço a que se irá ser paga a água, após a criação da Empresa de Águas da Região de Aveiro, rondará os valores das tarifas mais elevadas, actualmente! -----

E ainda tendo em conta que: -----

Que a proposta apresentada não foi objecto de discussão pública atempada por forma a que todos os agentes políticos pudessem dar o seu parecer e esclarecer as muitas dúvidas que o documento apresenta. Se tivesse havido um debate esclarecedor, ter-se-ia, certamente, conseguido um consenso entre as forças partidárias e um acordo mais vantajoso e com garantias de controlo eficaz. -----

Que se trata de um investimento público de enorme dimensão, talvez o maior efectuado até hoje na nossa região e que deveria ter sido objecto de um amplo debate. -----

Que até hoje não foi presente qualquer documento que permitisse supor estar em presença de um investimento com esta dimensão. -----

Que a leitura dos documentos apresentados não convence das vantagens, para os municípios, da privatização de um bem público, de enorme importância presente e futura, como é a água. -----

Que, no caso de privatização das Águas de Portugal, se desconhece quais as consequências para a Sociedade, para as Autarquias e, principalmente, para os Municípios consumidores. -----

Que pomos sérias reservas do que sucederá aos funcionários das Autarquias que forem considerados desnecessários. -----

Que são muitas as dúvidas levantadas pelo documento apresentado. -----

Por este motivos não podemos deixar de votar contra, até que todos estes pontos sejam objecto de um debate público franco, aberto e devidamente esclarecedor, em que participem Autarcas, Governo, Águas de Portugal, empresários, associações de defesa dos consumidores e outras associações governamentais. ----

26/06/2009 -----

Pel'os Deputados da Assembleia Municipal de Ílhavo -----

Ass) Humberto Rocha -----

MEMBROS DO CDU: -----

"Considerando que a proposta apresentada não foi objecto de discussão pública em devido tempo; -----

--
Considerando que a proposta nem sequer foi discutida dentro das próprias Câmara Municipais (Vide posição da Câmara de Ovar); -----

Considerando que a tomada de posição da Câmara de Ovar torna o documento inócuo, e completamente errado em todos os seus pressupostos; -----

Que se trata de uma decisão que vem sobrecarregar de uma forma brutal o orçamento de todos os utentes;

Que o documento em nada garante o futuro dos trabalhadores ligados à várias Câmaras Municipais; -----

--
Que não é definido o sector autárquico em caso de privatização das Águas de Portugal. -----

--
Por tudo isto votamos contra a proposta apresentada. -----

Ílhavo, 26 de Junho de 2009 -----

O Deputado do PCP, -----

Ass) José Alberto Ramos Loureiro -----

MEMBROS DO CDS/PP: -----

"Com a clareza de quem se assume numa oposição construtiva e a pensar em todos os munícipes de Ílhavo porque Ílhavo é dos ilhavenses e porque o serviço público deve ser isso mesmo, público, -----

--
Porque nos parece que existe uma urgência de pressa política para onerar este Concelho e hipotecá-lo em mais este projecto de elites, -----

Porque nos parece que a discussão foi totalmente e prudentemente evitada, -----

--
Porque temos plena consciência que o Município de Ílhavo está aos poucos a ser alienado para as próximas dezenas de anos, -----

Porque não é em nada claro o modo de captação de pessoal executivo e administrativo, -----

--
Porque é afirmado no projecto que nem todos os munícipes irão ter saneamento antes pelo contrário continuarão a ter fossas sépticas se o custo não tiver um retorno imediato, -----

Porque este projecto irá onerar os munícipes com um inevitável aumento do preço da água e saneamento, --

O CDS, vota contra este Contrato de Parceria inscrito no ponto 1 da Sessão Ordinária do mês de Junho de 2009. -----

Ílhavo, 26 de Junho de 2009 -----

O Deputado Municipal -----

Ass) Eduardo Manuel Simões Ferreira -----

AUDIÇÃO DO PÚBLICO: Dado o adiantar da hora foi dada a palavra ao público, tendo havido solicitação de um elemento do público: -----

HORÁCIO MELO: Enaltece o título de Campeão Nacional ganho pelo Illiabum Clube a 27 de Junho. Reconhece o trabalho da sua Direcção liderada pelo Rui Dias que conseguiu equilibrar as contas do Clube e dinamizá-lo. Pergunta se a Câmara Municipal irá manter o subsídio atribuído a este Clube ou irá reforçá-lo. --

Reconhece o trabalho do Dr. Carlos Candal, que em vida lutou pela Liberdade, Democracia. Congratula o Presidente da Câmara Municipal por reconhecer esse trabalho e como ilhavense estar presente no funeral do Dr. Candal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para responder:

PRESIDENTE DA CÂMARA: Em relação ao Illiabum Clube reconhece o trabalho de dedicação da Direcção, realçando o apoio contínuo da Câmara Municipal a esta Associação. Indica que a Câmara Municipal pretende continuar a ser parceira desta Associação, no entanto quer que a mesma seja independente e inovadora. -----

Agradece a referência feita em relação à sua presença no funeral, informando que num sentido de responsabilidade, conforme o minuto de silêncio tido nesta Sessão Ordinária de Assembleia, tem um apreço especial porque o Dr. Candal cultivava alegria com a seriedade à política, e por isso lhe servir de exemplo em termos de postura. Nesse sentido destaca as suas acções de defesa da Região de Aveiro. ----

Terminada a audição ao público, o Presidente da Assembleia Municipal informou que a discussão dos restantes pontos da Ordem de Trabalhos foram transferidos para a próxima reunião a realizar no dia 07/07/09, dando esta reunião por finda pelas 00:45. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa _____

O 1º Secretário _____

ESTA ACTA FOI APROVADA POR MAIORIA NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 11/09/09.